

O ENSINO DA PRODUÇÃO ESCRITA E AS PRÁTICAS DE LETRAMENTO

Maria Teresa Tedesco Vilaro ABREU¹
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
teresatedesco@uol.com.br

RESUMO: Sabe-se que a produção de um texto escrito envolve sempre questões específicas de estruturação do discurso, de organização de ideias, de escolha de palavras, de consciência da finalidade do texto, de “para quem se escreve”, de coesão, dentre tantos outros usos de linguagem que revelam a autonomia do produtor do texto. Se os estudos linguísticos tratam com frequência as questões concernentes à leitura, tem-se premente necessidade de discutir aquelas concernentes à escrita. Esta é a perspectiva que se pretende neste artigo: discorrer sobre o ensino de produção escrita na escola básica na perspectiva dos letramentos e da teoria sociocognitiva. Para tanto, abordar-se-á o ensino de produção escrita na escola em duas perspectivas: a) do discente, que conhecimentos os estudantes dos anos iniciais de escolaridade têm sobre a escrita; que conhecimentos precisam ser mediados para o desenvolvimento de sua capacidade discursiva escrita; b) do docente, que hipóteses tem sobre a escrita de seus alunos; de que forma pode interagir a fim de desenvolver os conhecimentos que os estudantes precisam para sua autonomia na produção escrita.

Palavras-chave: Práticas de Letramento. Usos da Língua. Habilidades de Escrita.

THE PRODUCTION OF TEACHING WRITING AND LITERACY PRACTICES

ABSTRACT: Everybody knows that the production of a written text is about specific points concerning the discourse structure, the ideas' organization, word choosen, awareness of the propose of a text, and “to whom we write”, the cohesion, among many others uses of language which shows the autonomy of the writer. The linguistics frequently studies the discussion about Reading and the habilities that become a reader as a proficient one. By the way, it's imperative to discuss about writing and the development of writting' habilities. These are the reasons which support this paper: to discuss about the teaching of writting in basic school, considering two solid theoretical principles: Literacy and the socialcognitive theory. Our propose is to discuss writting in: a) the perspective of students, which knowledge they have about the writting; which kind of knowledges need to be mediate to improve their habilities; b) the perspective of teachers, which are the hypotheses they have about the students's knowledge; how they may help the students to develop the necessary habilities of writting to reach their own autonomy.

KEYWORDS: Literacy. The Use of Language. Written Abilities.

¹ Professora associada de Língua Portuguesa, atuando tanto no Instituto de Letras quanto no Colégio de Aplicação. Membro permanente do Programa de Pós- Graduação em Letras – UERJ, na linha da Descrição em Língua Portuguesa. Doutora em linguística pela UFRJ (2002); Mestre em linguística pela UFRJ (1992); especialista em linguística aplicada pela UERJ (1989). É bolsista FAPERJ pelo Programa Jovem Cientista do Nosso Estado, atuando na pesquisa sobre níveis de letramentos da escrita. Tem capítulos e artigos publicados em livros representativos da área. Seu interesse está centrado nas questões referentes à formação docente e ao processo ensino-aprendizagem de língua materna.

Contextualizando

Concernente à produção escrita está a linguagem, maior recurso que o ser humano possui para alcançar tudo quanto mais se deseja na vida. Por isso, cada pessoa depende da linguagem para viver em sociedade, pois ela é a base da cultura. Dificilmente haveria civilização se não fosse o uso da linguagem e o poder das palavras. É por meio delas que influenciemos o outro e provocamos as mudanças, quase sempre, necessárias para construir uma vida melhor. O linguista francês Louis Hjelmslev, ao falar sobre a linguagem, diz ser ela ferramenta, espelho, lugar; ferramenta por ser veículo de comunicação; espelho por refletir e traduzir o ser humano que se revela pela linguagem que utiliza; lugar porque reflete a pessoa no meio físico-social onde vive.

Muitos acreditam que o mundo é movido por dinheiro, os bens materiais que tanto atraem as pessoas ou até mesmo a busca pelo prestígio e pelo poder. Tudo isso é muito importante, considerando que mexem, de verdade, com o comportamento humano. Porém, o que mais é capaz de provocar mudanças, transcender teorias e transformar o mundo é, de fato, a linguagem.

As palavras são muito poderosas. Quando saem de nossa boca, têm o potencial de criar ou dissipar estresses, cativar ou afastar pessoas, conquistar ou destruir sonhos, provocar paixão ou abrir feridas que duram por uma vida inteira. Tudo vai depender de nossa habilidade de lidar com elas no tempo adequado, medindo aquilo que, efetivamente, se deseja.

É por meio do uso habilidoso das palavras que, por exemplo, o líder conquista seguidores, obtém resultados positivos da equipe, aumenta a produtividade da empresa, a moral dos liderados, a eficácia dos projetos e o sucesso das organizações. As palavras criam a nossa realidade. A linguagem usada na vida cotidiana possibilita continuamente as

necessárias objetivações e determina a ordem em que essas adquirem sentido e como essas passam a ter sentido.

A linguagem é um mecanismo que faz parte da natureza do ser humano, que possui a necessidade natural de se agrupar em sociedade, a fim de realizar seus objetivos. Por isso, consciente de suas limitações, cada pessoa busca no outro a complementação de si mesmo. E o instrumento, o meio que permite essa aproximação entre pessoas, é justamente a linguagem, por favorecer o pensar e o agir.

Se não houvesse a linguagem, as pessoas não saberiam como entrar em contato uns com os outros, não teriam como estabelecer vínculos sociais, constituir grupos em volta de interesses. Nas diferentes situações de comunicação, a interação, o contato com o outro, ocorre por intermédio da linguagem.

O domínio da linguagem nos permite interagirmos melhor com os nossos familiares, amigos, companheiros, colegas de trabalho, com todas as pessoas que nos cercam, reestruturando o ambiente onde estamos inseridos e contribuindo para que os resultados das nossas ações sejam capitalizados para alcançarmos as conquistas que tanto almejamos.

O dito popular *“As nossas palavras se transformam em ações. As nossas ações se transformam em hábitos. Os hábitos moldam o nosso caráter, que, por sua vez, determinam o rumo de nossa vida”* reflete a importância da linguagem na construção da nossa identidade como seres humanos únicos que pensamos e interagimos permanentemente para a mudança do outro, para atingirmos os nossos propósitos.

Inserido na linguagem está o conhecimento e o aprendizado de uma língua, no caso, especificamente, a língua materna. Saber como a língua funciona e saber, efetivamente, quais os usos que ela tem não é tarefa fácil nem simples. Importante, no entanto, é termos consciência de que qualquer criança, quando chega à escola, aprendeu a falar e a entender

a linguagem sem necessitar de treinamentos específicos ou de qualquer prontidão para esse aprendizado. Não houve um arranjo em ordem de dificuldades crescentes para facilitar o aprendizado da língua oral.

Ninguém disse à criança que ela deve fazer qualquer tipo de exercício para aprender a linguagem. A criança simplesmente se encontrou no meio das pessoas que falavam e aprendeu a falar. Criou hipóteses de sua língua, traçando seu próprio caminho, criando o que era permitido fazer com a linguagem. Ela vai percebendo o que é permitido, de acordo com o uso da língua, na interação entre seus pares, nas diferentes situações de comunicação.

É interessante, nesse longo processo de aquisição, que se perceba uma evolução que não se pode dizer que é simples, mas, claramente, acontece, condizente com o modo de ser e de estar no mundo daquela pessoa, daquela criança, pois está marcada pelo meio social ao qual está inserida. O fato é que, por volta dos três ou quatro anos de idade, esse processo de aquisição da língua oral está completado, fazendo com que a criança entenda o que se diz, use a modalidade oral da língua nas diferentes finalidades que tem, com seus diferentes propósitos comunicativos. É claro, entretanto, que a criança não aprendeu a falar como um adulto se inicia no aprendizado de uma língua estrangeira. São processos diferentes!

Embora no dia a dia, tenhamos provas e provas do uso social da escrita, pois estamos rodeados de escrita, permanentemente, nossa capacidade de aprendizado da língua ocorre em processo de interação entre pares, de forma contextualizada. Entretanto, diferentemente do processo de aquisição da língua oral, o aprendizado da escrita tem de ser não só mediado, mas também sistematizado. O local mais adequado para isso é a escola.

Devemos entender que nossas vidas se baseiam no ato interativo e, conseqüentemente, para isso, a linguagem é imprescindível, por que não provarmos que

essa interação pode ultrapassar os limites da oralidade e efetivar-se por meio da escrita? É, no âmbito escolar, que essa prática social deve ser exercida. É claro que a função do professor é fundamental para que os estudantes consigam ver essa importância. Todavia, tão relevante na função do professor é levar o estudante ao entendimento de que escrever é uma forma de expressão fundamental em nossa sociedade. Constitui-se em outra forma de registro, com suas peculiaridades, suas características.

Teorizando

A função social da escrita e a função da escola

Como vivemos em uma sociedade em que prevalece o texto escrito, precisamos conhecer, por exemplo, suas diferentes funções. Acredita-se que sejam funções ilimitadas, que dependem do texto apresentado, da intenção com que se diz, para quem se diz. De uma forma ampla, pode-se afirmar que há quatro funções sociais essenciais relativas ao uso da escrita: a da organização das coisas do mundo; da comunicação propriamente dita, com o objetivo de informar, de fazer conhecer; do registro, característica fundamental da escrita, pois perpetua o que se pensa. O que é interessante entender é que as funções podem ser múltiplas para cada texto. Tudo depende do contexto, dos interlocutores e, sobretudo, do propósito comunicativo quando se produz um texto.

Assim, alinhamo-nos à Bozza (1996) que postula quatro funções básicas da escrita, conforme esquema abaixo:



SANDRA BOZZA. *Trabalhando com a palavra viva*. Curitiba: Renascer, 1996.

Para falarmos de função social da escrita, temos de ter sempre em mente que o discurso só se concretiza quando há algo a dizer, para quem dizer e por que dizer. Estas são condições imprescindíveis para a comunicação se realizar. O que é interessante é o fato de que não dispomos da linguagem somente para comunicar. Os linguistas afirmam que o produtor vai muito além da comunicação. Atrás de um texto oral ou escrito, por exemplo, uma notícia, o falante tem a intenção de criticar, convencer, censurar, mentir. Essa consciência é muito importante tanto na produção de textos orais quanto na produção escrita. No nosso dia a dia, vivenciamos essas condições desde muito pequeninhos. Com a escrita, temos de aprender a ler e a impregnar os textos das marcas que queremos que nosso texto tenha, a fim de lançarmos nossos propósitos comunicativos. Por isso, é uma tarefa longa o aprendizado dessa modalidade de língua. Cabe à escola ensinar o domínio da escrita. Cabe aos professores ensinar aos estudantes a escrita. Mas, sobretudo, cabe

propiciar os estudantes a desenvolverem a consciência da importância que a escrita tem nos registros de tudo: das emoções, das nossas heranças culturais, das marcas da humanidade.

Dessa forma, defende-se a premissa de que a compreensão da natureza da escrita e de suas funções é indispensável para quem se dedica ao processo de ensinar e de aprender a escrita em língua portuguesa. Logo, este tem de ser objeto de aprendizado tanto do estudante nos diferentes anos de escolaridade quanto dos professores.

Cabe ao professor de português, ao professor de linguagem, ensinar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e os usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade em termos do uso da língua. Como se sabe, não é único. É variável, heterogêneo. Além disso, é importante reconhecer o comportamento dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de vida. Por isso, o aprendizado da leitura e da escrita não termina no final do terceiro ano de escolaridade nem do ensino fundamental, o que caracteriza uma diferença fundamental entre os conceitos de Alfabetização e de Letramento.

Geraldi (2003), ao discutir as questões sobre o ensino de língua nas escolas, esclarece que falar sobre linguagem é fundamental no desenvolvimento do sujeito e “que ela – a linguagem - é condição *sine qua non* na apreensão de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir...”.

Postula-se um conceito de língua como lugar de interação em que o sujeito tem um papel ativo nessa atividade. O texto é o lugar, o meio em que a interação é realizada. É a partir das pistas linguísticas construídas nas suas redes textuais que os sentidos serão apreendidos. Por isso, o texto é uma atividade de interação comunicativa, “um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes” (MARCUSCHI, 2002. p. 19-36).

Considerando as concepções de base sociocognitivista, acredita-se em um processo educacional que interpreta os indivíduos como sujeitos sociais, que não são prontos, mas que se (re)constroem discursivamente. A escola tem função primordial de ampliar o domínio linguístico do aluno para que seja capaz de participar ativamente da sociedade em que está inserido.

Ao se conceber a língua como forma de interação, aceitamos (ou reconhecemos) a diversidade textual que se manifesta na sociedade e confronta as diferentes formas textuais no tocante à organização, às finalidades, às dificuldades e às facilidades de produção. É, enfim, compreender e considerar as etapas de processamento e de realização que a envolve.

Letramento(s)

As necessidades do mundo de hoje estão, sobretudo, centradas no uso interativo de recursos para engajar o estudante no mundo em que vive, a fim de que possa esse cidadão interagir em diversos grupos e agir com autonomia. Chega-se, assim, ao conceito de letramento: *Possibilidade de* acesso, de gerenciamento, de interação, de interatividade e de avaliação das competências do sujeito. Em vez de desenvolver conhecimentos e potenciais isolados, propõe-se integrá-los, para que o estudante possa participar criticamente da sociedade.

O conceito de letramento é muito mais amplo do que a noção histórica de habilidade(s) para ler e escrever. É medido em um *continuum*, não como algo que um indivíduo tem ou não tem, mas como algo que está ligado às práticas sociais e por **isso pode ser plenamente desenvolvido**. É entendido como a capacidade dos/das estudantes de extrapolar os conhecimentos adquiridos na escola e aplicarem seus conhecimentos em novas situações, bem como usarem sua capacidade para analisar, justificar e comunicar

efetivamente, bem como resolverem e interpretarem toda a sorte de problemas em variadas situações.

O desenvolvimento do letramento é um processo que ocorre ao longo de toda a vida. Logo, não se consoma na escola ou somente por meio da aprendizagem formal, mas também por meio de interações com os pares, os colegas e as comunidades mais amplas. Não se pode pretender que um jovem, ao fim da escolaridade básica, ensino médio, tenha adquirido todos os conhecimentos de que necessitará ao longo da vida. A função da escola é fornecer bases sólidas para esse aprendizado.

De acordo com Roxo (1998), “adotar uma visão socioconstrutivista da construção do letramento e da linguagem escrita significa, entre outras coisas, repensar as relações entre as modalidades oral e escrita do discurso em processo”.

É crucial a escola (re)conhecer o que precisa, o que deseja ensinar e como fazê-lo, para que fazê-lo, tendo como pressuposto, para todas as áreas de conhecimento, o desenvolvimento da linguagem, como eixo cognitivo necessário para o desenvolvimento humano. Um bom exemplo é o ensino da escrita que se materializa na leitura de diferentes textos e na escrita do estudante, no texto que ele produz para veicular suas ideias.

Práticas de letramentos e consciência metalinguística

Ao se falar de práticas de aprendizado de leitura e de escrita, são inúmeros os trabalhos relativos à aquisição da linguagem escrita que se referem às relações entre oralidade e escrita na prática da alfabetização, admitindo não só as semelhanças, mas, sobretudo as diferenças entre os dois sistemas. Gombert (1990) sublinha a exigência de um nível mais alto de abstração e de elaboração cognitiva para o aprendizado da língua escrita, visto que ela necessita de reflexão consciente. É nesse sentido que o desenvolvimento metalinguístico se reveste de importância primordial para o acesso à escrita.

Reiteramos que a criança, ao iniciar seu processo de alfabetização escolar, já é capaz de utilizar a linguagem com função comunicativa, isto é, como instrumento de expressão e compreensão de significados ou de conteúdos. Essa competência linguística é adquirida naturalmente, durante o processo de socialização, implicando no domínio de uma série de regras gramaticais, internalizadas e utilizadas de forma não consciente, que orientam a atividade linguística espontânea da criança, isto é, o seu desempenho linguístico na modalidade oral da língua. Por isso, a consciência dos usos da modalidade escrita da língua é muito importante e exige um grande esforço por parte de quem ensina e por parte do estudante.

Alinhando-me também a Cagliari (2002), afirmamos que a criança, para começar a escrever não precisa estudar a gramática, pois já domina a língua portuguesa em sua modalidade oral. A dificuldade no processo de aprendizagem está no fato de as crianças não (re) conhecerem a forma ortográfica das palavras, a convenção da língua. Um problema recorrente é que a escola muitas vezes vê a escrita como um espelho da fala, o que impede um trabalho de conscientização de usos das duas modalidades, não como algo oposto, mas como um *continuum* característicos de formas possíveis de dizer em nossa língua. Talvez uma pergunta importante a ser feita é: o que, efetivamente, a criança precisa saber para dominar a língua escrita (para ser considerada sabida!)?

Para responder a essa pergunta, proponho a análise de um texto produzido por um estudante do ensino básico, fim do sexto ano de escolaridade para que se possam fazer algumas reflexões.

O que você gostaria de aprender nas aulas de educação física este ano?

Eu gosto Rua de aprender goga lucio,
 E gostaria de aprender a goga voler e
 E gostaria de aprender as trassé
 a trassé.

Eu gostaria de aprender a goga fute
bol, eu talvez gostaria de fute
bol e talvez gostaria de
 aprender a goga fute bol e de
arceia talvez gostaria goga rebilca,
Metolca gostaria de aprender a goga
bol comido!!!

A solicitação feita ao estudante foi para que escrevesse sobre “O que você gostaria de aprender nas aulas de educação física este ano?” Sem dúvida, o estudante escreve sobre o que lhe foi solicitado. Este é um fato incontestável que deve ser francamente entendido pela escola, por nós, professores. A postura da sociedade é, em geral, contrária a essa porque nos deparamos com um texto curto, de poucos parágrafos, com muitas infrações em relação à norma ortográfica vigente. Além disso, há uma constante repetição de palavras e expressões, não desejadas e evitadas por nós, produtores proficientes, é verdade. Entretanto, a forma que a proposta de produção de texto foi apresentada leva o interlocutor literalmente responder ao que está sendo perguntado. Se ele for atendido em todos os “seus gostaria”, aprenderá sobre muitas modalidades esportivas nas aulas de educação física. Podemos inferir que nosso produtor de texto gosta muito de esportes, é curioso e está ávido por adquirir mais conhecimentos na disciplina.

O texto cumpre o seu propósito comunicativo, ou seja, atende ao que foi solicitado como tarefa de escrita. O produtor do texto, também, tem plena noção do jogo pergunta e resposta tão peculiar às práticas de linguagem da escola.

Estes conhecimentos são muito importantes e se constituem em condições primeiras para o processo de interação social, mediado pelo texto, parte de um vasto conhecimento que precisa ser acionado quando se pensa em produção de texto escrito. Entretanto, recursivamente, voltamos nosso olhar para o que o estudante, ainda, precisa aprender. Há um descompasso entre a expectativa da escola quanto ao conhecimento da criança e à bagagem de conhecimentos que ela tem ao entrar na escola e ao longo de sua permanência nela. Por conseguinte, são consideradas triviais as hipóteses que têm sobre a escrita, desconsiderando-se que está em contato constante com essa forma de representação do mundo, ao ver cartazes, *outdoors* nas ruas, vê jornais e revistas nas bancas, dentre outras práticas sociais de leitura e de escrita, dentro das diferentes práticas de letramento em que estamos inseridos incessantemente.

Importante frisar de forma contundente que não devemos ficar satisfeitos com o estágio de conhecimento desse aluno (Conhecimentos a que denomino de níveis de letramento). É preciso que a escola, consciente dos conhecimentos que o estudante traz e daqueles que precisa adquirir, proporcione o desenvolvimento das diferentes habilidades necessárias para a plena competência discursiva, processo lento, paulatino que se desenvolve ao longo dos anos de escolaridade.

Nesta perspectiva, como proposta de mediação do processo de aprendizagem da modalidade escrita da língua, entende-se a necessidade do desenvolvimento da consciência metalinguística. Apresenta-se, de forma, esquemática as partes que compõem essa consciência:



O termo consciência fonológica tem sido utilizado para se referir à habilidade em analisar as palavras de acordo com as diferentes unidades sonoras que as compõem, especificamente a relação fonema/letra, considerando as características sonoras das palavras (tamanho, semelhança, diferença), seja para isolar e manipular fonemas e outras unidades suprasegmentares da fala, tais como sílabas e rimas. Como a escrita é uma convenção, porque temos formas de dizer diferentes da forma de escrever, o estudante tem de tomar consciência dessas diferenças. Por isso, Roxo, conforme citado, preconiza a necessidade de conhecer as características da fala e da escrita. A mediação a que nos referimos ao se pensar no produtor do texto analisado está centrada na consciência do que ele hipotetiza em termos de estrutura de sílabas e palavras e os conhecimentos sobre as formas convencionadas. Vejamos:

Conhecimentos oscilantes	Conhecimentos próximos da convenção	Conhecimentos que precisam ser adquiridos
E/ Eu	Fute sal	Gograr (= jogar)
Gosta Ria/ gostaria	FUte bou	Tabem/ tabeia (= também)
apender/ aprender	Cemado	Redibol (= Handbol)

O quadro nos adverte que os três tipos diferentes de conhecimentos estão “empatados”. Observe, no entanto, se formos considerar as duas primeiras colunas, que

este estudante tem mais conhecimentos próximos da convenção do que o distante. Embora tenha classificado a palavra Handebol como um conhecimento a ser adquirido, trata-se de palavra de língua estrangeira, por isso um outro código diferente de nossa língua. Por seu turno, as “infrações” cometidas estão dentro de uma plausibilidade fonética de nossa língua. Em *fute sau e *fute bou, há a troca do /l/ pelo /u/; *cemado, há a troca de /qu/ pelo /k/ (a exemplo de queijo, queimado e casa). A oscilação ocorre na construção de sílabas, também. Ele, ainda, não tem plenamente consolidado o conhecimento de construção das palavras escritas como unidade formal e propõe uma separação a exemplo do que acontece na língua oral. Observe, ainda, que essa oscilação está circunscrita à formação de outras palavras pertinentes aos vocábulos da língua, a saber: E (conjunção), Ria (verbo Rir, substantivo Rio).

O exposto exemplifica o que estamos postulando como consciência metalinguística fonológica. O estudante precisa saber sobre tudo isso. Esta é a aula de língua portuguesa a ser ministrada, partindo do texto do aluno, trazendo novos textos, para que ele vá formando essa consciência. Nesta perspectiva, não estamos tratando das ocorrências do texto como erros de língua, mas como ocorrências que indicam as hipóteses (conscientes ou não) de escrita que o estudante tem para esta modalidade de língua. É claro que há muito dos conhecimentos da modalidade oral que ela já domina plenamente.

A consciência lexical diz respeito à habilidade para segmentar a linguagem oral em palavras, considerando tanto aquelas com função semântica, tais como os substantivos, adjetivos, verbos, quanto aquelas com função sintático-relacional, tais como conjunções, preposições, artigos. Para isso, é necessário que a criança tenha estabelecido critérios gramaticais de segmentação da linguagem. O que se pode observar em nosso exemplo é que essa criança já tem bem consolidado esse conhecimento. Salvo uma ou outra segmentação equivocada, pode-se afirmar que este produtor do texto conhece a diferença

entre a junção vocabular, típica da oralidade, em oposição às unidades formais, típicas da escrita. Além disso, entende-se como consciência lexical (léxico-semântica) o uso adequado das palavras, atendendo ao seu projeto de dizer. Ressalto o uso da palavra também, no segundo parágrafo. Depois de elencar o que gostaria de aprender – a jogar bola, vôlei, as três atividades -, porque continua a elencar o que gostaria, inclui o marcador discursivo também, o que demonstra seu conhecimento lexical, partindo de suas necessidades comunicativas.

A consciência sintática refere-se à habilidade para refletir e manipular mentalmente a estrutura gramatical das sentenças. A sintaxe está diretamente relacionada ao caráter articulatório da linguagem humana. Pelo fato de esta ser articulada, isto é, constituída por um número limitado de unidades que permitem construir, a partir de diferentes combinações, um número infinito de mensagens, são necessárias regras convencionais de combinação entre as palavras que organizem o discurso de modo a produzir enunciados que façam sentido. O mais interessante é que o estudante, ao entrar na escola, já tem essa consciência formada. A ordem sintática da modalidade oral é pouco diferente da modalidade escrita, estando, na verdade, suas diferenças circunscritas, por exemplo, ao uso da formalidade / informalidade de registro, além de outras diferenças. No texto que nos serve de exemplo, o domínio sintático é pleno, considerando, também, o fato de que o produtor utiliza estruturas sintáticas simples. Predomina a ordem direta das frases. Há o uso do ponto final, encerrando uma ideia, nucleada na locução verbal “gostaria de aprender”, que exige um objeto direto. Chama a atenção o uso das exclamações ao final do texto, imputando um caráter mais estilístico, semelhante a “Quanta coisa eu gostaria de aprender”.

A aquisição da modalidade escrita da língua não depende apenas da consciência dos aspectos fonológicos e morfológicos, uma vez que a escrita e a leitura não podem ser

entendidas como simples processos de codificação/decodificação de palavras, consideradas isoladamente, a partir de relações arbitrárias entre letras e sons. De acordo com essa perspectiva, o bom leitor é aquele que não depende exclusivamente do processo de decodificação para atribuir sentido ao texto, mas que é capaz de utilizar seu conhecimento pragmático, de uso da língua, que inclui conhecimentos de organização textual, conhecimentos linguísticos (da estrutura gramatical das frases) e extralinguísticos (sua experiência pessoal, de seu conhecimento de mundo), para não só identificar as palavras dedutivamente, a partir da utilização de pistas semânticas e sintáticas fornecidas pelo texto, mas também poder dizer aquilo que deseja, sua intenção comunicativa, de forma a ser entendido, alcançando os seus propósitos. Essa perspectiva é o que denomino consciência pragmática, a consciência do uso, extremamente importante quando se pensa em usos da linguagem e sua função. É bem possível que a escola não se sinta satisfeita com o texto produzido pelo estudante a exemplo do analisado acima. Entretanto, o estudante cumpriu a tarefa solicitada: respondeu à pergunta feita, dizendo o que gostaria de aprender. Qual é o estranhamento, então? Considerando o senso comum, está na distância entre o que, muitas vezes, propomos e o que efetivamente desejamos como resposta não de uma pergunta, mas de um modelo textual. Ainda, precisamos refletir se queremos, de fato, saber sobre nosso aluno, seus desejos, suas opiniões, suas ideias. Solicitamos a produção escrita por que entendemos ser esta uma das formas de comunicação ou por que se constitui uma forma de avaliar o estudante, tão somente?

Na mediação do processo de aprendizado da escrita, precisamos mostrar aos estudantes estes modelos textuais. É a diversidade de gêneros discursivos apreendidos que vai preencher, construir o repertório textual escrito de que precisamos para dominar a escrita. Isto precisa, a toda interação de sala de aula, mediada por textos, ser desenvolvido, a fim de capacitar o estudante para o que se denomina competência discursiva, que reúne

as consciências aqui descritas. Logo, nas práticas sociais do letramento tem-se a certeza de que os estudantes – todos- trazem conhecimentos linguísticos - discursivos, porque estão inseridos permanentemente em situações de escrita em nossa sociedade multissemiótica. Refletir sobre as características básicas do sistema da escrita da língua portuguesa não pode se restringir ao ensino da ortografia, visto a necessidade da conscientização metalinguística. Portanto, aprender a língua escrita é tomar consciência das possibilidades da língua, considerando as quatro bases metalinguísticas que se inter-relacionam e se retroalimentam.

Considerandos

Para finalizar as reflexões aqui expostas, tomo as palavras de Cagliari:

A capacidade para pensar a escrita em relação à fala é muito mais ativa nas crianças do que nos adultos [...] As pessoas adultas dificilmente conseguem pensar na fala com justeza e precisão sem interferências da ortografia. Mas as crianças fazem justamente o contrário: pensam mais na forma como falam do que na maneira ortográfica de escrever. Se a escola não for clara e cientificamente correta no tratamento das relações entre letra e som, poderá trazer grande confusão para as crianças e até mesmo criar impasses para o desenvolvimento da aprendizagem.

A postura da escola para o aprendizado da língua tem de ser “cientificamente clara e correta”. Nosso objeto de estudos é o texto, o escrito por autores de nossa literatura, aqueles de autores desconhecidos, os publicados em jornais e revistas e os produzidos por nossos estudantes. Constituem-se em nosso objeto de ensino para o desenvolvimento da consciência de usos da língua. As quatro bases apresentadas são a estruturação gramatical do discurso. Portanto, no processo de aprendizado de uma língua, uma base não pode ser privilegiada em detrimento da outra, sob pena de não termos um equilíbrio no desenvolvimento das habilidades que envolvem a escrita.

A função da escrita tem de ser desenvolvida, alimentada pela leitura de textos literários, jornais, revistas, cartas, letras de músicas, mapas, esquemas, dentro outras tantas

opções de gêneros discursivos disponibilizados em nossa sociedade para atender às nossas necessidades comunicativas. A correção pela correção de nada adianta. Postula-se um efetivo reconhecimento sobre o que as crianças dominam e não dominam, a fim de que possam entender o processo de aquisição em que eles têm de ter uma função protagonista, conforme apresentamos anteriormente. Esse é um dos processos de mediação fundamentais na sala de aula.

O outro processo de mediação é com o próprio colega de classe, em atividades em duplas, trios ou grupos que os desafiam a pensar sobre os usos da língua, partindo de situações-problemas da própria escrita, da língua. Saímos, portanto, de uma perspectiva da mera correção/avaliação, incentivando e dando-lhes tempo para a autocorreção, partindo das hipóteses que ele próprio levanta e aquelas levantadas no estudo do texto, parte principal de nossa aula de escrita/ leitura e análise linguística. Por fim, uma mediação importante é conversar sobre o desenvolvimento da produção escrita para que imprimam a tão importante progressão textual, bem como a coerência entre as ideias expressas, determinantes da consciência pragmática, desenvolvida, sem dúvida, ao longo da escolaridade básica. É evidente que muitas outras questões surgirão na interação professor/ estudantes na sala de aula. É importante que o processo de mediação, o levantamento de hipóteses sobre os quais nos debruçamos sejam entendidos como uma profícua estratégia de ensino de língua materna, consolidando uma importante prática: a prática social do letramento.

Referências

BARRERA, S. D.; MALUF, M. R. *Consciência Metalinguística e Alfabetização: um Estudo com Crianças da Primeira Série do Ensino Fundamental*. In: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16 (3), pp.491-502.

BOZZA, S. *Trabalhando com a palavra viva*. Curitiba: Renascer, 1996.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e Linguística*. São Paulo: Editora Scipione, 2002.

GERALDI, W. J. *Portos de Passagem*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOMBERT, J. E. *Le développement métalinguistique*. Paris: PUF, 1990.

_____; COLÉ, P. Activités metalinguistiques, lecture et illettrisme. In: M. Kail, & M. Fayol (Orgs.), *L'acquisition du langage*. Vol. 2. Paris: PUF, 2000.

KATO, M. A. (1987). *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2 ed. São Paulo: Ática.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade: In: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ROJO, R. (ORG.) *Alfabetização e Letramento: perspectivas linguísticas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.]